

Apresentação¹

Apresento ao leitor este *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*, meu sexto livro dedicado ao tema da conjuntura, um ciclo que está prestes a completar trinta anos, testemunha da minha fidelidade a essa “arte menor” dos estudos políticos, na consideração de boa parte da opinião acadêmica, em que pese o fato de que dois monumentos da teoria política, *Lembranças de 1848*, de Tocqueville, e *O dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, de Marx, sejam característicos desse gênero.²

Cheguei a ele, como tantos da minha geração, pela prática muito difundida entre a militância política da época de nortearmos as nossas atividades pela “análise concreta de uma situação concreta”, com que pretendíamos extrair um sistema de orientação eficaz para os objetivos de transformações sociais e políticas que nos animavam. Com esses propósitos, fazia-se imperativo identificar “os elos” mais fracos no sistema de dominação, as tendências afirmativas no mundo popular, quais os aliados e os inimigos principais. Dois clássicos da nossa dramaturgia, *Rasga Coração*, de Oduvaldo Vianna Filho, e *Gota d’Água*, de Paulo Pontes e Chico Buarque, os dois primeiros autores da minha geração com quem, na juventude, percorri boa parte do meu caminho, são belas ilustrações dessa cultura da época, sendo que *Gota d’Água* mereceu de Paulo Pontes, a título de apresentação ao texto, uma análise antológica da conjuntura contemporânea à peça.³

No meu caso, nos anos imediatamente subsequentes ao golpe militar de 1964 e a instalação do regime autoritário, as análises do tempo curto, próprias para o estudo de conjunturas, cederam lugar para o estudo

- 1 Os textos dessa coletânea foram coligidos e organizados tematicamente por Fernando Perlatto, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutorando em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj).
- 2 *A Classe Operária e a Abertura*. São Paulo: Hucitec, 1983; *Travessia, da Abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986; *A Transição – da Constituinte à Sucessão Presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989. *De um Plano Collor a Outro*. Rio de Janeiro: Revan, 1991; e *Esquerda e Tradição Republicana – estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

dos tempos longos, sob uma marcação orientada para procurar deslindar, nas estruturas dos processos que presidiram a formação histórico-social do país, as razões da persistência do nosso renitente autoritarismo político. Nessa trilha, as ciências sociais dos anos 1970 produziram um não pequeno número de obras relevantes, resultados de pesquisas de fôlego que reclamavam intensa dedicação e que empurraram os seus praticantes para os gabinetes e as pesquisas nos arquivos e bibliotecas.⁴ Com o meu *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, editado em 1976, participei dessas tentativas de explicação da nossa síndrome autoritária.⁵

Os finais da década de 1970 nos trazem a política de volta. Tratava-se de uma conjuntura em que já se anunciava o esgotamento do regime militar, com seus próceres atuando no sentido de buscar um caminho de transição que permitisse sua autorreforma, uma vez que eram fortes os sinais que vinham da sociedade, dos sindicatos, dos intelectuais, da Igreja, inclusive dos empresários, em favor de uma abertura política, como se dizia no jargão da época. Nessas novas condições, o cálculo político e uma adequada leitura da conjuntura consistiam em um instrumental indispensável na fundamentação do agir. Estar investido de uma boa interpretação para as peripécias do momento era o que poderia fazer a diferença entre a vitória e a derrota, e, sem exageros, entre a vida, a prisão e até a morte.

Em suas memórias do tempo da sua militância política, Persio Arida, em um número da revista *Piauí*,⁶ lembra dos seus exercícios íntimos de aná-

3 PONTES, Paulo. “Apresentação”. In: Pontes, Paulo & Holanda, Chico Buarque. *Gota D’água*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Nesse contexto, escrevi a Apresentação da *Ópera do Malandro*, de Chico Buarque de Holanda, na qual também buscava analisar a conjuntura daquele contexto. VIANNA, Luiz Werneck. “Apresentação – O americanismo: da pirataria à modernização autoritária (e o que se pode seguir)”. In: Holanda, Chico Buarque. *Ópera do Malandro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

4 Entre os autores e obras produzidas nesse contexto, podemos destacar, entre outros: Francisco de Oliveira (*A economia brasileira. Crítica à razão dualista*, 1972), José Murilo de Carvalho (*A Construção da Ordem*, 1974), Florestan Fernandes (*A Revolução Burguesa no Brasil*, 1975), Simon Schwartzman (*São Paulo e o Estado Nacional*, 1975), Otávio Velho (*Capitalismo autoritário e campesinato. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*, 1976), Luciano Martins (*Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques*, 1976) e Elisa Reis (*The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930*, 1979).

5 VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

lise de conjuntura, a partir da leitura dos jornais, antes de decidir os rumos a tomar no seu cotidiano. À época, essa era a prática de todos. Mas, sobretudo, dos núcleos organizados da resistência, a essa altura conscientes da necessidade de se converter o processo de abertura, já instalado como que às costas dos atores, animado pelos êxitos da modernização econômica empreendida pelo regime militar, em base para um projeto que interditasse a via da autorreforma, abrindo passagem para uma efetiva democratização do país.

Nesse momento, principalmente em meados de 1970, generalizava-se o consenso de que a forma mais alta de luta, ao contrário do que sustentavam certos círculos minoritários da esquerda, era a de reforçar a luta de massas e de canalizá-la para o interior das instituições democráticas ainda existentes, como os partidos, os sindicatos e o parlamento. Na minha primeira coletânea de textos desse gênero, *Classe Operária e Abertura*, publiquei alguns dos que me restaram dos anos 1970, vários deles de circulação anônima, ao lado de outros de elaboração recente.

Nos anos seguintes as análises de conjuntura não só se massificaram como obtiveram reconhecimento acadêmico. O antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), extinto há pouco, institucionalizou, nos anos 1990, sob a direção de Olavo Brasil, um grupo de trabalho dedicado a seus estudos e práticas, e a Associação Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), há alguns anos, estabeleceu a rotina, em seus encontros anuais, de realizar uma sessão sobre os temas da conjuntura presente, que, até então, vem sendo mantida.

Nos anos da transição à democracia, a minha participação nesse gênero de estudos políticos está registrada nas duas coletâneas subsequentes àquela, enquanto as demais foram dedicadas às conjunturas dos governos já instalados sob a égide da Carta de 1988, o de Collor, o de Fernando Henrique e o do primeiro mandato presidencial de Lula. Esta, que o leitor tem em mãos, versa sobre o segundo mandato de Lula e sobre a sucessão presidencial que conduziu Dilma à Presidência, à falta de instrumentos institucionais que lhe permitissem, como então se cogitava em círculos governamentais, uma nova candidatura.

6 ARIDA, Persio. “Rakudianai”. *Revista Piauí*, São Paulo, p. 28-54, n. 55, abril, 2011.

Trata-se de um longo ciclo em que se afirma, sob distintas orientações ideais e políticas, a conclusão do processo que impôs no país o modo de produção especificamente capitalista, exemplarmente indicada na conversão da estrutura agrária, herança sempre preservada do nosso passado colonial – raiz do patrimonialismo em nossa política e nas nossas relações sociais –, ao agronegócio, hoje potente vértice do nosso processo de modernização econômica e da projeção do país na economia-mundo.

O *moderno*, aqui, longe de realizar seu caminho de imposição pela drástica remoção do *atraso*, tal como no projeto clássico da esquerda brasileira, afirmou-se, ao longo das décadas do nosso processo de modernização, pela via recessiva do *transformismo*, sob a direção de um Estado que trouxe para si a administração de um compromisso entre as elites industriais emergentes e as agrárias, cuja força política e social provinha, secularmente, do exclusivo da terra e das formas repressivas de controle social exercidas sobre os trabalhadores do campo. Sob essa estratégia, o moderno burguês não procurou o antagonismo – como evidente na chamada era Vargas e nos anos JK, momentos fortes de expressão do seu projeto – com as forças do atraso e da tradição, que, aliás, lhe concederam lastro político à sua sustentação.

O regime militar foi particularmente sensível à questão agrária uma vez que, entre a década de 1950 e os inícios dos anos 1960, a mobilização dos trabalhadores do campo pela democratização da terra e pelos seus direitos trabalhistas, escorada na emergência do sindicalismo operário e de partidos democráticos, tinha posto sob risco a reprodução de uma ordem que vinha se assentando naquele compromisso. Não à toa, este regime direcionou suas primeiras medidas de alcance social para a questão agrária com a criação do Estatuto da Terra, em 1964, e a institucionalização de um sistema previdenciário para o trabalhador rural, enquanto que, de outra parte, empenhou-se em políticas de modernização da produção agrícola a partir de pesquisas científicas com a criação da Embrapa, no favorecimento das atividades do agronegócio, e em ambiciosos planos de colonização na fronteira e no *hinterland*.

Com essa nova motivação, o moderno burguês, sob a liderança reformadora do regime militar, não se limitou, como antes, a se associar poli-

ticamente às elites agrárias tradicionais, investindo intensivamente na sua pretensão de colonizá-las às suas práticas e concepções do mundo. Sem terra livre, a lenta conquista do Oeste, realizada sob permanente jurisdição do Estado – outra marca persistente na história da nossa formação agrária –, quando se acelera, a partir dos anos 1960, não importará uma democratização do espaço – os anacrônicos latifúndios e boa parte das terras devolutas, objetos de uma selvagem apropriação privada pela grilagem, cederão lugar às grandes propriedades agrárias capitalistas, abrindo passagem para uma floração de *cúlaques* brasileiros. Esses personagens, novos proprietários de terras sem registro na história de lutas por sua democratização, logo se tornarão influentes na política brasileira, e já procuram exercer hegemonia, agrupados na designação genérica de ruralistas, sobre a pequena e média propriedade no campo.

Com a democracia, em particular nas duas versões da social-democracia à brasileira, tanto a do PSDB, como a do PT, essa nova fração burguesa ganhará lugar no primeiro escalão do Poder Executivo, apesar das escaramuças desfechadas contra ela pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com seu típico viés anticapitalista, talvez o último bastião – nesses tempos de massificação dos cultos pentecostais e dos valores do empreendedorismo – da representação clássica do *atraso* na cultura política dos setores subalternos brasileiros.

Para as forças democráticas e populares, com essas transformações de fundo na estrutura social brasileira, a dimensão do *atraso* se torna inacessível sob o registro da sua imaginação tradicional, que o via como uma potencial fonte de animação das suas lutas nacionalistas e em favor da democratização social, como aos tempos das rebeliões camponesas e da organização das Ligas Camponesas de Francisco Julião. De alto a baixo, as estruturas econômicas e sociais vêm se tornando homólogas ao capitalismo e se perfilam de acordo com os imperativos da sua lógica.

A expansão do capitalismo no país é vitoriosa em todas as suas frentes, a que não falta a sua projeção política e econômica para além de suas fronteiras nacionais, e a modernização burguesa é um empreendimento vitorioso, a essa altura reforçada pelos êxitos do agronegócio, que ainda encontra espaço para sua expansão. A era Lula deve ser reconhecida como

aquela que precipitou mais um ciclo de modernização entre nós, na esteira de Vargas, de JK e do regime militar, em particular no governo Geisel.

Entre todos, foi o que encontrou as condições propícias para efetivar o *moderno*, entendido este como um contínuo aprofundamento da democracia política, de valorização da auto-organização do social e da autonomia da vida associativa diante do Estado. Em primeiro lugar, pelas origens do PT, que nasce como crítico do Estado nacional-desenvolvimentista e do seu projeto de modernização “por cima”; em segundo, por que cumpre a sua trajetória rumo à conquista do governo sob a égide da Constituição de 1988, documento político democrático aberto aos caminhos da democracia participativa, inclusive na configuração do seu sistema judicial, tal como no caso das ações civis públicas.⁷

No entanto, apesar dessa conjunção favorável das circunstâncias para a renovação da política, o governo Lula, ao invés de interpelar criticamente a nossa experiência republicana, trouxe de volta, por ensaio e erro, alguns dos seus aspectos mais recessivos. De fato, no início do seu governo, os constrangimentos com que se defrontava reclamavam uma atenção especial para a sensível questão da governabilidade, mas as opções feitas, aprofundadas particularmente no segundo mandato, redundaram na solução imprevista dele se apresentar como contínuo aos ciclos anteriores da nossa modernização, todos, reconhecidamente, levados a cabo por políticas de um Estado disposto assimetricamente quanto à sociedade.

Assim, enquanto a economia se expandia e as estruturas sociais se modernizavam, o repertório político não se inovava, e, pior, concedia nova vida a instituições cediças, tal como ocorreu, entre tantos casos significativos, com as centrais sindicais que, ao serem legitimadas, passaram a ser vinculadas às estruturas corporativas da CLT. A era Lula estaria dispensada, dizem-nos os corifeus, de realizar um movimento criativo, em termos institucionais e políticos, em direção ao futuro, pois no baú dos ossos da nossa história republicana ali estava, disponível para ser retomado, o repertório da era Vargas, em particular o seu capitalismo politicamente

7 WERNECK VIANNA, Luiz; BURGOS, Marcelo. “Revolução processual do direito e democracia progressiva”. In: Werneck Vianna, Luiz (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj / Faperj, 2002, p. 337-492.

orientado. Comprometeu-se, em nome de um pragmatismo que não apresenta suas razões, o moderno à modernização.

Essa coletânea de textos, todos já publicados em revistas, jornais e sítios eletrônicos, gira em torno dessas questões, escritos com a convicção de que este país não merece a esfera pública que aí está. E sua edição se sustenta na esperança remotíssima dos naufragos que lançam ao mar suas mensagens em garrafas, por que, apesar de tudo, sabe-se que há as manifestações da praça Tahir e das ruas de Barcelona.





O Estado Novo do PT*

Acrer nos indicadores dos dois períodos presidenciais de Fernando Henrique, mas, sobretudo, a partir do mandato de Lula, o capitalismo brasileiro encontrou um caminho de expansão e de intensificação da sua experiência. Contudo, tem sido agora que se vê conduzido por um projeto pluriclassista e com a definida intenção de favorecer uma reconciliação política com a história do país, contrariamente à administração anterior, mais homogênea em sua composição de interesses e decididamente refratária ao que entendia ser o legado patrimonial da nossa herança republicana.

Com efeito, estão aí, neste governo Lula, guindadas a Ministérios estratégicos, as lideranças das múltiplas frações da burguesia brasileira – a industrial, a comercial, a financeira, a agrária, inclusive os cúlaques que começaram sua história na pequena e média propriedades, e que, com a cultura da soja, atingiram o reino do grande capital –, lado a lado com o sindicalismo das grandes centrais sindicais e com a representação dos intelectuais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). De outra parte, estão aí a revalorização da questão nacional, do Estado como agente indutor do desenvolvimento, o tema do planejamento na economia, a retomada do papel político da representação funcional, da qual é ícone institucional a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Se, antes, a ruptura com o passado fazia parte de um bordão comum ao PSDB e ao PT – o fim da Era Vargas –, sob o governo Lula, que converteu Celso Furtado em um dos seus principais ícones, e em que ressoam linguagens e temas do chamado período nacional-desenvolvimentista em personagens destacados da sua administração, como José de Alencar, Dilma Rousseff e Luciano Coutinho, todos em posições-chave, menos que de ruptura o passado é mais objeto de negociação. Assim, o governo que, no seu cerne, representa as forças expansivas no mercado, naturalmente avessas à primazia

* Publicado no site *Gramsci e o Brasil* (www.gramsci.org) e *Política Democrática*, n. 18, Fundação Astrojildo Pereira, jul. 2007. p. 45.